Endereços de carteira e dados on-chain como dados pessoais

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A posição da autoridade reguladora

A Personal Data Protection Commission (a autoridade de proteção de dados de Singapura) publicou em julho de 2022 um guia sobre aspectos de proteção de dados no design de blockchains. O guia adota três posições centrais. Dados gravados em uma blockchain são dados pessoais se a pessoa puder ser identificada a partir deles em combinação com outras informações. A organização que grava dados pessoais em uma blockchain continua responsável por eles como controladora. Dados pseudonimizados, como um endereço de carteira ou um identificador com hash, podem ainda ser dados pessoais quando a organização ou terceiros conseguem vinculá-los a uma pessoa.[1] O guia recomenda que os dados pessoais sejam mantidos off-chain, ficando on-chain apenas hashes ou referências, e que se usem redes permissionadas quando os participantes puderem ser vinculados por contrato. Antes da implantação, as organizações devem avaliar se o uso de uma blockchain pública é compatível com as obrigações de limitação da conservação e de correção.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Consequências para exchanges e protocolos

Uma exchange que conhece a identidade do cliente por trás de um endereço de carteira detém dados pessoais nesse endereço. Cada transação que o cliente realiza on-chain a partir desse endereço, que é pública, constitui, portanto, dado pessoal nas mãos da exchange. A divulgação, pela exchange, do vínculo entre endereço e identidade é uma divulgação de dados pessoais que exige consentimento ou uma exceção. As exceções abrangem a divulgação exigida por lei, o que inclui a divulgação por ordem judicial do tipo proferido em *CLM v CLN* e a divulgação às autoridades de persecução penal, bem como a divulgação necessária para uma investigação ou um processo.[2] A exchange que recebe uma ordem de exibição deve cumpri-la e não deve usar a lei como pretexto para protelar. A exchange a quem o advogado de um autor pede informalmente os dados do titular da conta deve recusar, porque nenhuma exceção abrange a divulgação voluntária a um particular.

Os protocolos enfrentam um problema diferente. O desenvolvedor que grava um atributo de identidade em uma blockchain pública, por exemplo um soulbound token que registra que um endereço passou por verificação, cria um registro público permanente que não pode ser corrigido nem apagado. As orientações da Commission tratam isso como uma falha de design, a menos que o atributo não possa ser vinculado a uma pessoa. Na prática, o único design seguro mantém a identidade off-chain e registra on-chain apenas uma prova criptográfica de que a verificação ocorreu.

Notas

1. Personal Data Protection Commission, *Guide on Personal Data Protection Considerations for Blockchain Design* (julho de 2022). ↩
2. Personal Data Protection Act 2012, First Schedule (exceções ao consentimento), incluindo a divulgação exigida ou autorizada por lei e a divulgação necessária para investigações ou processos. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com